



As contribuições da Educomunicação para o Fortalecimento de Comunidades Tradicionais Pesqueiras

Priscila de Souza Viana – UFS
Íris Brito Lopes – UFS

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar as contribuições da Educomunicação no campo da Educação Ambiental, a partir do arcabouço teórico-metodológico dos campos da Educação e da Comunicação e de estudos e pesquisas sobre experiências de Educomunicação em projetos socioambientais de base comunitária. O trabalho tem ênfase na análise teórica da experiência da implantação da Educomunicação como ferramenta de auxílio ao desenvolvimento de ações de mitigação nos projetos do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC): Observatório Social dos *Royalties*, Projeto de Fortalecimento e Organização Sociopolítica das Marisqueiras e o Conselho Gestor.

Palavras-chave: Educomunicação; Educação Ambiental; PEAC.

1. Introdução

O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) configura-se no âmbito dos Programas de Educação Ambiental (PEAs)¹ exigidos pela CGPEG/DILIC/IBAMA (Coordenação-Geral de Petróleo e Gás/Diretoria de Licenciamento Ambiental/Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) como condicionante do licenciamento ambiental federal para a exploração de petróleo e gás offshore. O PEAC é executado na Bacia de Sergipe-Alagoas sob a perspectiva da educação ambiental crítica, seguindo as linhas de atuação estabelecidas pela Norma Técnica

¹ Os PEAs consistem em um “conjunto de linhas de ação que se articulam a partir de um mesmo referencial teórico-metodológico para a promoção de processos educativos voltados ao desenvolvimento da gestão ambiental compartilhada de caráter regional. O programa promove a articulação de projetos que obedecem a linhas de ação diferentes, mas que são complementares na gestão ambiental de determinada região.” (IBAMA, 2010, p.3).

01/2010 (IBAMA), que dispõe das diretrizes para execução dos projetos de mitigação² dos impactos socioambientais gerados.

O PEAC atinge atualmente 93 comunidades, sendo que 84 estão localizadas ao longo do litoral sergipano e nove no litoral norte do Estado da Bahia. Essas comunidades tradicionais têm a pesca, a mariscagem, a coleta de mangaba e pequenos cultivos como fontes de subsistência, utilizando-se de técnicas de manejo ancestrais para a realização das atividades econômicas. Mantêm uma forma de organização cujos aprendizados e valores étnico-culturais tradicionais são transmitidos de geração para geração através da comunicação oral. No contexto de adequação do PEAC à Nota Técnica N.º 01/2010 (IBAMA/CGPEG/DILIC), o campo de atuação tem se ampliado para as ações de mitigação, com vistas ao fortalecimento político-organizativo dos grupos sociais envolvidos no programa.

É nesse aspecto que a comunicação se enquadra enquanto ferramenta potencial para o exercício da educação ambiental crítica. Em territórios onde as comunidades são privadas de informações essenciais ao exercício da cidadania, a apropriação dos meios de comunicação permite o fortalecimento da participação popular, pois:

Ao se trabalhar a educação ambiental nesta vertente, a disseminação das informações é fundamental para diagnosticar situações, acompanhar acontecimentos, expandir ideias, compartilhar conhecimentos e divulgar resultados, tornando a mobilização cotidiana. Atualmente a apropriação das mídias tem sido pujante para o efeito abrangente e rápido com uma comunicação alternativa às grandes mídias [...] que agem como ferramentas para a inserção de grupos sociais, antes excluídos, nos debates e discussões acerca das transformações ocorrentes no seu meio social. (SANTOS & SANT'ANNA, 2015, p. 659)

Comprometida com a intervenção social através da educação popular e a articulação para a mudança social, a comunicação no âmbito da Educação Ambiental apresenta-se como “um campo de intervenção social que se fundamenta na reflexão crítica sobre os modelos tradicionais de comunicação, de educação e de envolvimento com as questões sociais.” (TOTH, MERTENS & MAKIUCHI, 2012, p. 114). É como

² Os projetos de mitigação do campo da Educação Ambiental são classificados pelo IBAMA como um “conjunto de procedimentos metodológicos capazes de (i) minimizar e/ou evitar os efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada, (ii) evitar o agravamento de impactos identificados e (iii) a ocorrência de novos impactos.” (IBAMA, 2010, p. 3).

uma proposta de interface entre os campos da Educação e da Comunicação que a Educomunicação articula a metodologia da educação popular como caminho para a transformação social. Ou seja, o acesso, o diálogo e a participação da comunidade durante todo o processo comunicacional são os critérios fundamentais para que os sujeitos inseridos em determinada realidade atuem como protagonistas. Dessa forma, “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1985, p. 46).

É a partir do diálogo entre a concepção freireana de comunicação e as concepções metodológicas da Educação Ambiental que a Educomunicação recebe o adjetivo *socioambiental* e passa a ser reconhecida oficialmente como ferramenta pedagógica dos processos comunicativos associados à Educação Ambiental. No campo das políticas públicas, o reconhecimento do Governo Federal a respeito de sua importância se destaca no ano de 2005, em ocasião do lançamento do documento técnico *Programa de Educação Socioambiental* (2005), integrante da série de documentos publicados pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental como forma de sistematizar as ações componentes da linha de ação do ProNEA “Comunicação para a Educação Ambiental”. Por sua vez, em 2008, a publicação do documento *Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação* (2008), do Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, traz a Educomunicação Socioambiental como uma das estratégias da Política Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)³, como Marco Legal para a promoção da cidadania, da ampliação de espaços de diálogo e de controle social para proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular e dos territórios. Enquanto o primeiro documento apresenta o dialogismo como diretriz principal da comunicação ambiental, este último aponta diretrizes e planos de ação para a construção de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental.

É nesse processo emancipatório, articulado pelos atores sociais, que se destaca a busca pela superação não só das contradições socioambientais, como também das desigualdades socioeconômicas (LOUREIRO, 2007). No tocante às ações de

³ A Política Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) foi instituída no Brasil em 1999 através da Lei nº 9.795/99, disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>, acessado em abril de 2017.

desenvolvimento sustentável que visam profundas mudanças sociais a partir da educação popular de caráter emancipatório, a Educomunicação Socioambiental tem se destacado como componente pedagógico a partir do desenvolvimento e fortalecimento de uma ampla rede de organizações sociais e governamentais, nacionais e internacionais. (MARTIRANI, 2008).

Em projetos socioambientais de base comunitária, a Educomunicação enquanto interface pedagógica entre os campos da Educação e da Comunicação tem atuado como ferramenta de “reflexão crítica acerca dos modelos tradicionais de comunicação, participação social e envolvimento com as questões socioambientais, o que oferece possibilidades de promoção do envolvimento da população nas questões relacionadas à sustentabilidade.” (TOTH, MERTENS & MAKIUCHI, 2012, p. 115).

Ao analisar quatro projetos educacionais realizados no Brasil – o *Educom.radio*; o *Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo!*; a *Agência Uga-Uga de Comunicação*; e o projeto *Cerrado em Pauta -*, Toth, Mertens & Makiuchi (2012) sistematiza as contribuições e limitações dos processos de Educomunicação para a superação dos desafios atribuídos à participação social no contexto dos projetos socioambientais. A partir de análise sobre as práticas implementadas, é possível perceber que a ampliação do acesso aos canais de expressão e a criação de novos espaços de participação social através de ações educacionais têm uma “ação direta na percepção crítica das relações desiguais de poder e atua no sentido de minimizar as diferenças sociais que estas ocasionam” (TOTH, MERTENS & MAKIUCHI, 2012, p. 121), promovendo “maior horizontalidade nos processos de comunicação” (Id Ibid. p. 121), “o empoderamento e a capacidade crítica dos atores envolvidos, que passam a ser mais proativos, participativos e avaliadores do espaço que habitam.” (Id Ibid. p. 121). Para Toth, Mertens & Makiuchi (2012), as experiências sistematizadas demonstram a capacidade de contribuição da Educomunicação ao fortalecimento comunitário.

Apesar da diversidade quanto ao contexto de sua implementação e a sua duração no tempo, os projetos têm conseguido criar interfaces de debate entre comunicação, educação e participação social, com destaque especial para a formação de emissores de informação críticos e o uso das mídias comunicativas para a mobilização social. A análise indica que a Educomunicação tem uma ação direta na percepção

crítica das relações desiguais de poder e atua no sentido de minimizar as diferenças sociais que estas ocasionam. (Id Ibid. p. 121).

Percebe-se, portanto, que é a partir da institucionalização que a Educomunicação passa a ser priorizada em uma série de ações e projetos voltados ao fomento do protagonismo socioambiental no Brasil. (MARTINS, 2015).

2. A Educomunicação no PEAC

Enquanto método com abordagem educativa voltada à classe trabalhadora, a Educomunicação é adotada como estratégia para o desenvolvimento de ações de mitigação junto às comunidades residentes nos territórios de abrangência do PEAC, utilizando para tal as orientações do Ministério de Meio Ambiente no tocante às ações de comunicação em Educação Ambiental, contidas no Programa nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Aprovado pelo IBAMA em 2014, o Observatório Social dos *Royalties* (OSR) é um projeto de mitigação executado no contexto da adequação do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras - PEAC à Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10. Configura-se como um projeto da Linha de Ação B (Controle social da aplicação de *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural) da referida Nota Técnica, cujo objetivo é

apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público municipal. (IBAMA, 2010).

O projeto tem como recorte territorial central o município de Pirambu (SE), incluindo as comunidades de Sede, Água Boa, Aguilhadas, Aningas, Maribondo, Santa Isabel, Lagoa Redonda, Bebedouro, Alagamar e Baixa Grande em função das características socioeconômicas diagnosticadas na pesquisa que culminou no “Relatório do Controle Social e Aplicação de *Royalties* e de Participações Especiais da Produção de Petróleo e Gás – Barra dos Coqueiros, Pirambu e Pacatuba-SE”.

Regionalmente, o OSR é um projeto de caráter pioneiro e tem a Educomunicação como eixo metodológico central e segue assim o preconizado na

Linha de Ação B da NT CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10, voltando-se para “a promoção de processos que favoreçam (a) a justiça intergeracional, (b) a diversificação das economias municipais e (c) a mitigação de impactos socioambientais.”

A primeira ferramenta utilizada pelo projeto OSR foram as vídeo-cartas, elaboradas e executadas em janeiro de 2015 com o objetivo de promover entre as comunidades integrantes maior mobilização comunitária para as ações previstas. É a partir da necessidade de disseminação de informações e debates relativos aos recursos dos *royalties* que a Educomunicação destaca-se como ferramenta estratégica de mobilização e controle social sobre a distribuição desses recursos. A vídeo-carta é inspirada pelo método do *Cassete-Foro*, que consiste em um:

sistema de comunicación para la promoción comunitaria y la educación de adultos, puesto al servicio de organizaciones populares --rurales y urbanas-- centrales cooperativas, centros de educación popular, etc. El método es intergrupar y bidireccional. Mediante el intercambio de mensajes grabados en cassettes permite establecer una comunicación de doble vía y entablar un diálogo a distancia entre los miembros de base de una organización popular y el núcleo dirigente de la misma; y entre los grupos entre sí. (KAPLÚN, 1984, p. 11).

As vídeo-cartas como metodologia foram adotadas no OSR com o objetivo de estimular a comunicação e a troca de informações entre os moradores do município de Pirambu, contando a história e a realidade de diversas localidades do município. Na produção do vídeo, os comunitários participam de uma oficina onde pensam o roteiro da filmagem e manuseiam as câmeras e gravadores. Nos vídeos, os moradores de diversos povoados destacam os problemas de infraestrutura de seus territórios.

Criador do método, Kaplún gravava mensagens junto a comunidades em fitas-cassete e promovia um sistema de intercâmbio entre essas comunidades, com o objetivo de colocar em contato comunidades afastadas entre si, promovendo assim a reflexão coletiva para o desenvolvimento comunitário. No contexto do projeto, o exercício das vídeo-cartas propiciou uma melhor compreensão das características das comunidades envolvidas e maior empoderamento sobre os conflitos ambientais nos territórios.

Ao longo do projeto, a Rádio-feira passa a ser implementada em 2014 como veículo de disseminação de dados qualitativos e quantitativos a respeito do uso dos

royalties, tanto em território nacional quanto no território específico de Pirambu, obtidos através de pesquisas sistemáticas realizadas pela equipe técnica. A rádio-feira é uma metodologia popular inspirada na rádio-poste, processo de comunicação que se utiliza do sistema de caixa amplificadora instalada em postes. Por conta da facilidade em implementar a estrutura necessária, convencionou-se usá-lo em espaços públicos mais amplos, como praças, mercados, paróquias, vilas, favelas, escolas etc. (URIBE, 2004). As rádio-feiras são realizadas na feira-livre de Pirambu nas manhãs de sexta-feira devido à presença maciça de pescadores e camponeses de diversos povoados nesse dia e turno. Com o microfone na mão e uma caixa amplificada, lideranças comunitárias repassam à comunidade dados e informações sobre o uso governamental dos *royalties*, entrevistam comunitários e sensibilizam quanto à necessidade de controle social. Com a realização das rádio-feiras no espaço das feiras-livres de Pirambu sob articulação das lideranças comunitárias, a população local tem-se empoderado sobre informações a que antes não se tinha acesso por conta de limitações técnicas e da ausência de meios de comunicação de massa na localidade comprometidos com as questões socioambientais.

Ferramentas educacionais são implementadas de maneira similar no Projeto de Fortalecimento e Organização Sociopolítica das Marisqueiras no Litoral de Sergipe, executado desde 2016 no âmbito do PEAC. Orientado numa perspectiva crítica e emancipatória, conforme diretrizes gerais do PEAC, o projeto prioriza a problematização da realidade, das condições de vida e de trabalho das mulheres pescadoras e das relações de desigualdade na apropriação dos bens ambientais e sociais. O projeto abrange atualmente 14 comunidades⁴, definidas para intervenção a partir do Diagnóstico de Vulnerabilidade das Marisqueiras, pesquisa realizada no âmbito do PEAC com base em critérios de priorização de acordo com a maior possibilidade de exposição dessas comunidades a impactos socioeconômicos das atividades de exploração e produção de petróleo e gás da Bacia de Sergipe-Alagoas. Com foco no fortalecimento coletivo das marisqueiras e reconhecendo-as enquanto agentes protagonistas da mudança social, o projeto desde o início potencializa o estímulo à troca de experiência entre grupos e com movimentos sociais - Articulação Nacional das

⁴ Essas comunidades desenvolvem atividades de mariscagem, nas seguintes localidades: Carapitanga no município de Brejo Grande; Sede de Pirambu; Areia Branca, Mosqueiro e Bairro Industrial em Aracaju; Apicum e Rita Cacete em São Cristóvão; Porto do Mato, Muculanduba e Tibúrcio em Estância; Pedra Furada e Rua da Palha em Santa Luzia do Itanhy; Pontal e Terra Caída em Indiaroba.

Pescadoras (ANP) e Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) – e a busca de interlocuções com o poder público. Dessa forma, é fundamentada na pedagogia libertadora de Freire (1967; 1996; 2005) que o projeto de Fortalecimento e Organização Sociopolítica das Marisqueiras no Litoral de Sergipe implementa ações educacionais com vistas à superação de relações de dominação e opressão no âmbito das injustiças ambientais.

Com base no arcabouço teórico-metodológico de Boal (1980), as marisqueiras que atuam como representantes políticas da Comissão Articuladora para fundação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS) têm utilizado o Teatro do Oprimido (TO) – ou Teatro-Fórum – como ferramenta de sensibilização quanto ao cotidiano e aos problemas da realidade local e de mobilização para a participação política. Baseada na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, a metodologia do Teatro do Oprimido é apresentada por Boal (1980) como “uma arma de libertação, de transformação social e educativa”, “uma forma de manifestação de teatro popular. O teatro do oprimido não é o teatro para o oprimido: é o teatro dele mesmo.” (BOAL, 1980, p. 58).

Enquanto o Teatro do Oprimido é apresentado como instrumento de sensibilização sobre a realidade e mobilização popular entre os diferentes territórios, destaca-se também a construção de diagnósticos socioambientais participativos com as comunidades partícipes através da técnica do Etnomapeamento ou Biomapa Comunitário, ferramenta preconizada na Linha de Ação Articulação de Ecossistemas Comunicativos no campo da Educação Ambiental do ProNEA. (BRASIL, 2008). É a partir dos diagnósticos realizados pelas comunidades em questão, sob intermediação da equipe técnica do PEAC, que se torna possível a melhor compreensão sobre os aspectos geográficos, políticos e socioeconômicos dos territórios envolvidos.

Em oficinas de Etnomapeamento, as marisqueiras representantes de sua comunidade utilizam a linguagem artística para expressar o mapa geográfico de suas respectivas comunidades em cartolinas, identificando instituições educacionais, religiosas, espaços de trabalho e lazer, órgãos governamentais, instituições do terceiro setor etc. A partir desse mapeamento, elas puderam avaliar a acessibilidade e a qualidade dos serviços ofertados nas comunidades, com o objetivo de realizar um profundo diagnóstico dos serviços e políticas públicas no território a fim de identificar focos e possibilidades de atuação comunitária.

De maneira semelhante ao visualizado nos projetos do OSR e Fortalecimento e Organização Sociopolítica das Marisqueiras no Litoral de Sergipe, o projeto Conselho Gestor (CG)⁵ emerge como importante ferramenta de articulação comunitária dentro do programa (PEAC/SE) e tem por finalidade básica o acompanhamento dos projetos de compensação e mitigação, estando associada a este processo a formação política continuada. Além disso, se constitui enquanto uma nova possibilidade organizativa no âmbito do programa de educação ambiental, com importante potencial de ampliar o acesso dos pescadores artesanais da área de abrangência às políticas públicas. Inserido como Projeto da Linha de Ação A da NT CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 (Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental), o projeto CG tem como principal desafio promover uma participação mais efetiva das representações comunitárias nesta instância e em outras instâncias relacionadas ao desenvolvimento comunitário local. É nessa proposta que se insere a Educomunicação.

É a partir do uso dos Planos de Aprendizagem Dialógica – caracterizados como metodologia de Desenho e Planejamento de Círculos Participativos na linha de ação de Articulação e Ecossistemas Comunicativos no campo da Educação Ambiental do ProNEA – que os representantes comunitários refletem sobre seus respectivos territórios, os conflitos ambientais em questão e alternativas de mobilização comunitária para superação coletiva dos desafios, através da adoção de linguagem artística. Além disso, a confecção de fanzines são ferramentas igualmente utilizadas para a reflexão coletiva e a mobilização comunitária, principalmente devido à sua principal característica, que é a produção de baixo custo. Devido ao seu potencial de elaboração artesanal, o fanzine é

portanto, uma ação de alguém criando uma situação de mídia na qual não se pretende fazer jornalismo, nem treinamento para ingressar na grande imprensa, mas agir no ambiente social aqui e agora. É uma via de acesso ao que parece interessar realmente para os editores: experimentar situações de vida que consigam ir além da simples

⁵ O Projeto do Conselho Gestor envolve representantes comunitários eleitos em 12 (doze) municípios que podem vir a ser potencialmente impactados pelos empreendimentos marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe/Alagoas. São eles: Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros, Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga D'ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, em Sergipe e Jandaíra e Conde, no litoral norte da Bahia.

antipatia teórica contra instituições fixas como o Estado, a educação, a polícia, a família, a religião, etc. (LOURENÇO, 2006, p. 2).

Através da oficina de elaboração de fanzines, os conselheiros representantes de suas comunidades puderam expressar o resultado de leituras e debates acerca da Campanha pela Regularização dos Territórios Pesqueiros⁶, que tem como objetivo arrecadar assinaturas para Projeto de Lei de Iniciativa Popular que propõe a regulamentação dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil. Distribuído em seus territórios, o fanzine promove discussões públicas acerca de temas de interesse da população.

3. Considerações Finais

A partir das considerações supramencionadas, podemos compreender melhor o papel fundamental que as ações de educomunicação têm dentro da perspectiva de promoção de uma educação ambiental crítica e emancipatória. No âmbito do PEAC as experiências demonstram que existe um caminho sendo trilhado no sentido de fomentar a participação cidadã na difusão de conhecimento sobre seus territórios e as suas culturas e esse movimento é basilar no que diz respeito à autonomia e ao empoderamento desses atores sociais

A participação dos membros do OSR, do MMS e do Conselho Gestor na construção de ferramentas de comunicação comunitária demonstra o engajamento dos comunitários na construção de espaços de locução que se tornam cenários de instalações problematizadoras em torno dos conflitos socioambientais dos territórios costeiros de Sergipe e do norte da Bahia, promovendo processos coletivos de participação social.

Partindo da premissa de que a educomunicação é um campo crucial para o fomento de inserção da população na gestão dos recursos ambientais, é necessário que as pesquisas sobre a educomunicação no âmbito do PEAC continuem para um aprofundamento da análise do impacto da utilização dessa ferramenta no fortalecimento das comunidades tradicionais pesqueiras em longo prazo, já que é possível identificar que as comunidades abrangidas pelo programa estão desenvolvendo ações nesse sentido

⁶

Disponível

em:

<<http://terramar.org.br/campanhas/campanha-pela-regularizacao-dos-territorios-das-comunidades-tradicionais-pesqueiras-no-brasil/>>. Acessado em: 11 abr. 2017.

e que já é possível aferir que essas ações têm dado resultados significativos no que diz respeito à busca da autonomia desses povos.

Referências

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRASIL. *Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação*. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Brasília: MMA, 2008.

_____. *Programa de Educação Socioambiental*. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2005.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 40ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

IBAMA. *Orientações Pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural*. Brasília, 2005.

_____. *Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N° 01/10*. Brasília: MMA, 2010.

KAPLÚN, Mario. *Comunicacion entre grupos: el método del Cassete-Foro*. Ottawa, Ont., CIID, 1984.

LOURENÇO, Denise. *Fanzine: procedimentos construtivos em mídia táctica impressa*. Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica, São Paulo (SP), 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Heredando el Futuro*. Pensar la Educación desde la Comunicación. In: *Nómadas*. Bogotá, septiembre de 1996, no 5, p.10-22.

MARTIRANI, Laura Alves. *Comunicação, Educação e Sustentabilidade: o novo campo da Educação Socioambiental*. Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, RN, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1697-2.pdf>>. Acessado em: 03 abr. 2017.

SANTOS, Fábio Oliveira; SANT'ANNA, Liana Cristina. *Comunicação ambiental crítica e direito à comunicação*. Revista Ambientalmente Sustentável, 2015. Disponível em: <<http://migre.me/wq8VO>>. Acessado em abril de 2017.

TOTH, Mariann; MERTENS Frédéric & MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. *Novos espaços de participação social no contexto do desenvolvimento sustentável – as contribuições da Educomunicação*. Revista Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. XV, nº 2, p. 113-132, maio./ago. 2012.

URIBE, Esmeralda Villegas. In: *Vozes Cidadãs – Aspectos Teóricos e Análises de Experiências de Comunicação Popular e sindical na América Latina*. 2004, Angellara.